



LITERATURA AFRO-BRASILEIRA COMO RESISTÊNCIA À NECROMEMÓRIA: UMA INTERVENÇÃO DECOLONIAL NO ENSINO MÉDIO

Emily Victória Moreno de Amorim
Universidade Federal de Rondonópolis
emily.moreno@aluno.ufr.edu.br

Eixo 2 - Educação e Justiça Social: Identidades, Gênero e Relações Étnico-Raciais

Palavras-chave: Literatura Afro-Brasileira, Necromemória, Decolonialidade, Educação Antirracista, Carolina Maria de Jesus.

Introdução

As representações eurocêntricas e coloniais, desde o século XVI, consolidaram a perspectiva branca em detrimento da negritude e de outras ordens de diversidade. Esse processo configura o que Camilo (2021) denomina como necromemória, uma política de apagamento e silenciamento da cultura e da força dos povos colonizados.

No Brasil, a literatura nacional reflete esse fenômeno, ao incluir personagens negros de forma esvaziada de subjetividade, reforçando, por sua vez, estereótipos racistas. Mesmo após a promulgação da Lei 10.639/2003, a ausência de vozes negras como enunciatórias de suas próprias histórias no currículo ainda é marcante. Deste modo, este relato apresenta uma intervenção pedagógica realizada em 2023, em uma turma de 3º ano do ensino médio em Rondonópolis-MT, no âmbito do Programa Residência Pedagógica e vinculada à disciplina de Gênero, Diversidade, Relações Étnico-Raciais e Direitos Humanos no curso de Letras - Língua Portuguesa da Universidade Federal de Rondonópolis (UFR). O objetivo foi o de promover reflexões críticas sobre a representatividade negra no material fornecido pelo Estado e valorizar a obra de Carolina Maria de Jesus, uma das principais vozes de denúncia ao racismo estrutural no país.

Fundamentos Teóricos

Apesar da abolição da escravidão, o racismo segue como marca estrutural da sociedade brasileira, sustentado por hierarquias coloniais de raça e gênero (Oliveira, 2022). Para Bento (2022, p. 37), “a omissão da resistência negra e indígena na historiografia oficial nos mostra que precisamos entender sobre memória coletiva, mas também sobre amnésia coletiva”, ocultando o protagonismo desses povos e reforçando o mito da democracia racial.

O apagamento ou silenciamento das lutas e feitos históricos desses povos referem-se ao que podemos chamar de “Necromemória”, sendo definida por Camilo (2021, p.3) como: “remetem ora a um apagamento, ora a uma fetichização de sujeitos negros exclusivamente como escravizados, objetificados e sexualizados no contexto



nacional brasileiro, de modo que essa imagem é a que passa a ser objeto inserido na preservação do imaginário social.”

Desse modo, é evidente afirmar que a escolha em estabelecer determinado grupo étnico como padrão de referência e representação, expropriando a identidade de grupos minoritários, segue sendo a lógica colonialista e racista que sustenta a natureza desigual do nosso país. Contudo, como bem ressalta o estudo de Breunig (2021), se a ficção produzida pelo colonialismo fundamenta o necropoder, demasiado real para o outro, e o sujeito do humanismo e do universalismo colonial, ela também tem uma função decisiva diante das novas relações entre os fatos e as ficções da nossa civilização da imagem.

A decolonialidade, ideia que Walsh (2009) aborda, propõe romper com saberes eurocêntricos e valorizar as diferenças. A literatura afro-brasileira, como a de Carolina Maria de Jesus, é um exemplo disso, ao dar voz a experiências silenciadas e transformar vivências em resistência, como propõe o conceito de escrevivência de Conceição Evaristo.

Nesse sentido, a Lei 10.639/2003, que alterou a LDB ao tornar obrigatório o ensino das histórias e culturas africanas e afro-brasileiras nos currículos da educação básica, incluindo a Literatura, deve contemplar sistematicamente essas diretrizes. Contudo, a realidade observada, principalmente no eixo de Literatura, é bem diferente:

É visto que a representação social do povo brasileiro através dos textos literários é tradicionalmente construída sob a via da colonialidade/modernidade, a figura do homem negro e da mulher negra nestes textos são estereotipados pela sexualização e/ou animalização, como valores inexoráveis ao pensamento colonial. (Fernandez, 2022, p. 329)

Por isso, é extremamente importante que autores negros sejam cada vez mais incluídos no currículo escolar. Nomes como o de Carolina Maria de Jesus, uma das maiores representantes da literatura afro-brasileira e autora que fundamenta o presente relato, precisam ser levados e reconhecidos nas escolas, pois rompem com o discurso dominante que sempre impediu que a mulher negra falasse e promovem um contra discurso de resistência e emancipação do imaginário social.

Apresentação da experiência

A intervenção foi realizada em uma turma de 3º ano da Escola Estadual Major Otávio Pitaluga, em duas aulas geminadas. O objetivo foi discutir a ausência de autores negros nos materiais didáticos e elaborar coletivamente um manual digital sobre Carolina Maria de Jesus.

Na primeira etapa, analisamos a apostila oficial, na seção de produção contemporânea, constatando ausência de escritores negros e baixa presença de mulheres (menos de 25%). Até na seção “Literatura de Moçambique”, o autor selecionado foi Mia Couto, escritor branco. A partir dessa análise, discutimos os conceitos de



CAMILO, Vandelir. Necromemória: Reflexões sobre um conceito. Periódicos - UFAM, v.13, n.1 p. 1-28, 2021. Disponível em: periodicos.ufam.edu.br . Acesso em: 28 jul. 2025.

FERNANDEZ, Raffaella; DA SILVA FRONZA, Cristiane Viana. Carolina Maria de Jesus rompendo o silenciamento das vozes negras-breve leitura interseccional. **Lutas Sociais**, v. 26, n. 49, p. 310-325, 2022. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/ls/article/view/62471> . Acesso em: 29 jul. 2025.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo – diário de uma favelada**. São Paulo: Francisco Alves, 1960.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 10 jan. 2003.

OLIVEIRA, Evelyn Talisa Abreu; PEIXOTO, Rodrigo Corrêa Diniz. Racismo por omissão e luta antirracista: da colonialidade à resistência em Benevides/PA. **Em Tese**, v. 19, n. 1, p. 108-128, 2022. Disponível em: 28 jul. 2025.

WALSH, Catherine. **Interculturalidade, descolonização do Estado e do conhecimento**. In: LANDER, Edgardo (org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. 2. ed. Buenos Aires: CLACSO, 2009. p. 27-44.